



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO SÃO FRANCISCO**

Ata da 52.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da  
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco  
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Data: 16 de abril de 2009, às 09:00 horas

Local: Auditório do CAPIT/SEST/SENAT

Endereço: Rua Martin Ciprien, 1100 – Bela Vista - Divinópolis/MG

1 Conselheiros presentes: Roberto Ferreira Barbosa, primeiro Suplente e Assessor  
2 Especial da SEMAD, representante da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e  
3 Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais; Marcos Meneghini Esmeraldo,  
4 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE; Geraldo Márcio Faleiro,  
5 representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pará; Átila Alves e Costa e  
6 Cláudia Tavares Schanen Stancioli, representantes da Federação das Indústrias do  
7 Estado de Minas Gerais – FIEMG; Edécio José Cançado Ferreira, Representante da  
8 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais; Camilo de Lélis André  
9 Melo e João Bosco Morais Lopes, representante da Federação das Associações  
10 Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais –  
11 Federaminas; Marcos Antônio Ferreira Veloso, do Conselho Regional de Engenharia –  
12 CREA; Wellington Dias Silveira, representante da Secretaria de Estado de Agricultura,  
13 Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Gilson Soares, Fundação Educacional de  
14 Divinópolis – Funedi; Dirceu de Oliveira Costa, representante Conselho Municipal de  
15 Meio Ambiente – Codema – Pains; Carlos Edézio Caetano, representante da Secretaria  
16 de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU; Francisco de  
17 Assis Braga, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES;  
18 Roberto Soares Nogueira, representante Associação dos Usuários da Bacia do Rio Pará;  
19 Lessandro Gabriel Costa, representante da Associação Ambientalista do Alto São  
20 Francisco; Leandro Wili, representante do Ministério Público; Raimundo Lopes Ferreira  
21 e Sérgio Ricardo Bueno, representantes da Polícia Militar de Minas Gerais; Afonso  
22 Salgado Santos, representante da Prefeitura Municipal de Divinópolis; Maria do Carmo  
23 Ramos Siqueira, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do  
24 Estado de Minas Gerais, FETAEMG; Marcos Antônio Vilela, representante Grupo Ar –  
25 Divinópolis; Maria Aparecida Faleiro, representante Associação Regional de Proteção e  
26 Integração Ambiental – ARPIA. **Abertura:** - Roberto Ferreira Barbosa – Primeiro  
27 Suplente e Assessor Especial da SEMAD – Presidiu a reunião e convidou a todos para  
28 ouvir e cantarem o Hino Nacional. - Roberto Ferreira Barbosa – Primeiro Suplente e  
29 Assessor Especial da SEMAD – Cumprimentou o Secretário Adjunto de Meio  
30 Ambiente de Divinópolis, Afonso Salgado, que estava representando o prefeito.  
31 Cumprimentou também o senhor Pedro Paulo, vice-prefeito de Itaúna. – Afonso  
32 Salgado Santos – Secretário Adjunto de Meio Ambiente e Políticas Urbanas de  
33 Divinópolis – Cumprimentou a todos e deu as boas vindas a todos os presentes. - **Item 3**  
34 **– Comunicado dos Conselheiros.** – Lessandro Gabriel – ASF – Informou que no dia  
35 05 de maio estará participando em Barreiras, na Bahia, da 14.<sup>a</sup> Plenária do Comitê do  
36 São Francisco quando serão discutidas várias deliberações de interesse comum da Bacia  
37 do São Francisco. Registrou sua indignação quando do cancelamento da reunião



38 extraordinária e que não foi comunicado e como perdeu sua viagem até a metade do  
39 caminho. Solicitou melhorar a comunicação na SUPRAM e maior respeito para com os  
40 conselheiros. – Geraldo Márcio Faleiro – Representante CBH/Pará – Comunicou que no  
41 dia 23 de março foi realizada na Câmara Municipal de Carmópolis de Minas uma  
42 reunião com a participação dos técnicos da SUPRAM quando foram feitos vários  
43 esclarecimentos sobre poluição da empresa Carminas. Agradeceu aos técnicos da  
44 SUPRAM. – Átila Alves e Costa – Representante FIEMG – Comunicou sobre a parceria  
45 da Fiemg e Governo de Minas Gerais, através da Semad e o Centro Mineiro de  
46 Referência e Resíduos pelo desenvolvimento de um projeto que visa diminuir os  
47 impactos ambientais decorrentes da má utilização ou não utilização dos resíduos das  
48 indústrias, principalmente de resíduos e que está sendo implantado na região centro-  
49 oeste do estado. – Marcos Antônio Vilela – Representante Grupo AR/Divinópolis –  
50 Solicitou que a SUPRAM disponibilizasse para as ONG's material dos processos a  
51 serem analisados nas reuniões. – Roberto Ferreira Barbosa – Primeiro Suplente e  
52 Assessor Especial da SEMAD – Anunciou a presença de dois novos conselheiros:  
53 Tenente coronel Sérgio Ricardo Bueno e o representante do Ministério Público,  
54 Leandro Wili. **Item 4 – Apresentação “Banco de Declarações Ambientais”, por**  
55 **Zuleika Stela Chiacchio Torquetti, FEAM.** – Foi realizada pela Diretora da FEAM,  
56 Zuleika Stela Chiacchio Torquetti, uma apresentação sobre o BDA, Banco de  
57 Declarações Ambientais, que é uma ferramenta de gestão ambiental que possibilita o  
58 atendimento de alguns requisitos que constam da legislação ambiental do Estado de  
59 Minas, a DN COPAM 87/2005, que trata do cadastro das barragens de rejeitos e  
60 resíduos, a DN 116/2008, que é o cadastro de áreas com solos contaminados, a DN  
61 90/2003, que é inventário de resíduos sólidos industriais, a DN 117/2008, que é o  
62 inventário de resíduos sólidos minerários, e a DN Conjunta COPAM CRH 01/2008, que  
63 é a declaração de carga poluidora. “*O BDA, integra os resultados do projeto*  
64 *estruturador do governo do Estado, projetos resíduos sólidos que está a cargo de ser*  
65 *executado pela FEAM. Então, houve um investimento de quase um milhão de reais no*  
66 *desenvolvimento desses módulos. As relevâncias técnicas levantadas pela Diretoria de*  
67 *Tecnologia da Informação, é que, ele foi criado utilizando padrões de tecnologia*  
68 *difundidas e avançadas, do ponto de vista da informática. Então, todos esses*  
69 *formulários, na verdade são formulários, estão disponíveis no site*  
70 <http://sisema.meioambiente.mg.gov.br>.” – Roberto Ferreira Barbosa – Primeiro Suplente  
71 e Assessor Especial da SEMAD – Convidou a todos para a reunião que acontecerá dia  
72 28/04, às 17 horas na Câmara Municipal de Divinópolis com o tema Projeto Produtor de  
73 Água no Município de Divinópolis. - **Item 5 – Exame da Ata da 50ª RO – Itaúna,**  
74 **19/03/2009.** – Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Solicitou que “*fosse*  
75 *praticamente compilada a minha fala por se tratar de um processo polêmico, de certa*  
76 *forma, e uma série de informações seriam pertinentes, caso necessário nós buscarmos*  
77 *essas informações no futuro, porque o processo de licenciamento apenas iniciou. Eu*  
78 *não sei se todos receberam e eu gostaria que fosse considerado e que os conselheiros*  
79 *aprovassem a versão mais ampliada, incluindo a minha fala quase que na íntegra.*” Foi  
80 colocada em votação com a alteração da transcrição da fala do conselheiro e foi  
81 **APROVADO** por unanimidade. - **Item 6 – Processo Administrativo para exame de**  
82 **Auto de Infração: 6.1 TFA Comércio de Combustíveis Ltda. Posto revendedor de**  
83 **combustíveis. Bom Despacho/MG. AI Nº 1570/2004 – PA/Nº 1348/2001/002/2004.**  
84 **Apresentação FEAM. (RETIRADO DE PAUTA NA 50ª RO). Pela aplicação da**  
85 **penalidade de uma multa no valor de R\$ 35.000,70.** – Cláudio – Representante da



86 empresa – Informou que o empreendedor foi autuado após 60 dias da aquisição da  
87 empresa e solicitou o cancelamento da autuação alegando que não houve dano ao meio  
88 ambiente e que o empreendedor desconhecia a legislação. – Sônia Maria Tavares Melo  
89 – Assessora Jurídica da SUPRAM – Informou que o pedido da empresa foi analisado e  
90 que houve uma redução da multa em razão da documentação apresentada como se fosse  
91 uma documentação oral, passando o valor de R\$ 50.001,00 para 35.000,70. Dirceu de  
92 Oliveira Costa – Representante CODEMA/Pains – Solicitou informações sobre a  
93 situação do conselho em anular ou reduzir a multa. – Maria Cláudia Pinto –  
94 Superintendente da SUPRAM ASF – Sugeriu fazer para os conselheiros uma  
95 apresentação mais detalhada para solucionar dúvidas em relação à aplicação de  
96 penalidades e informações sobre os decretos antigos e o novo decreto 44.844. – Sônia  
97 Maria Tavares Melo – SUPRAM – ASF – Informou que “*o poder deliberativo do*  
98 *conselho existe, mas que ele está restrito a uma legislação. Ele não é absoluto, é*  
99 *relativo a uma legislação. Por isso nós trazemos os pareceres de licenciamento, tanto*  
100 *aos autos de infração com base na legislação. Poderão votar contrário ao parecer*  
101 *justificando, porque a justificativa é que vai dar o respaldo de validade do julgamento.*”  
102 – Edélcio Ferreira – Representante FAEMG – Solicitou ao presidente que fosse  
103 colocado em votação o pedido de cancelamento do auto de infração. Diante de várias  
104 dúvidas e questionamentos por parte dos conselheiros foi decidido que na próxima  
105 reunião será feita uma apresentação para esclarecimentos e informações sobre as  
106 penalidades e foram retirados de pauta os processos: **Item 6.1 - TFA Comércio de**  
107 **Combustíveis Ltda. Posto revendedor de combustíveis. Bom Despacho/MG. AI N°**  
108 **1570/2204 – PA/N° 1348/2001/002/2004. Item 6.2 – Ascânio Turismo e Excursões**  
109 **Ltda. Posto de abastecimento de combustíveis; Divinópolis/MG. AI N° 1278/2004 –**  
110 **PA/N° 1565/2004/001/2004. - 15.1 – Ical Indústria de Calcinação Ltda. Fabricação**  
111 **de cal virgem, hidratada ou extinta. Pains/MG. AI N° 3346/2005 – PA/N°**  
112 **01162/2002/013/2006. - 15.2 – Sidersa Transportes Ltda. Posto de abastecimento de**  
113 **combustíveis automotivos. Itaúna/MG. AI N° 1308/2004 – PA/N°**  
114 **1110/2003/002/2004.** – Dirceu Costa – Representante Codema – Pains – Informou que  
115 precisava se ausentar e pediu licença para se retirar. - Roberto Ferreira Barbosa –  
116 Primeiro Suplente e Assessor Especial da SEMAD – Comunicou que iria se ausentar  
117 devido a uma reunião em Belo Horizonte com a direção da Prodemge para discutir o  
118 sistema de informação de regularização ambiental. Assumiu a presidência Cláudio  
119 Manoel Uemoto Maia. – Raimundo Lopes Ferreira – Representante PMMG – Assumiu  
120 a cadeira após a saída do Tenente-Coronel Sérgio Ricardo Bueno – Dirceu Costa –  
121 Representante Codema – Pains – Reiterou a solicitação feita pelo prefeito de Capitólio  
122 para que fosse realizada na cidade a reunião do COPAM. – Marcos Antônio Ferreira  
123 Veloso – Representante CREA/Arcos – Solicitou que na próxima reunião durante os  
124 esclarecimentos na questão das penalidades que fosse incluído, também, informações de  
125 como é feito o parecer, os critérios que os fiscais utilizam para fazer o parecer. –  
126 Cláudio Manoel Uemoto Maia – Substituto – Assumiu a presidência e comunicou que  
127 tem uma sistemática de trabalho em relação ao tempo de exposição do inscritos que é de  
128 5 minutos, fazendo uso de um cronômetro para marcar o tempo. - **Item 7 – Processo**  
129 **Administrativo para exame de Licença Prévia, a Referendar: 7.1 Prefeitura**  
130 **Municipal de Divinópolis. Contorno ferroviário de Divinópolis da Ferrovia Tronco**  
131 **Belo Horizonte - Brasília. Divinópolis/MG. PA/N°04390/2007/001/2007. Classe 5.**  
132 **Apresentação SUPRAM - ASF.** – Francisco de Assis Braga – Representante ABES –  
133 Informou que: “*Dois pontos. Eu não sei se nós vamos conseguir nos cinco minutos que*



134 o senhor está nos concedendo. Trata-se de um projeto arrojado e de extrema relevância  
135 para o município de Divinópolis a transposição dos trilhos dentro da área urbana. Isso  
136 ninguém pode negar. Entretanto, eu acho que em função disso, o pedido encaminhado  
137 pela prefeitura para uma licença ad referendum a 22 dias apenas da realização dessa  
138 reunião, abre um precedente para outros empreendimentos, porque não? Eu acho que é  
139 uma prática que nós deveríamos evitar. Nós já comentamos isso aqui a questão de  
140 licenças a serem referendadas posteriormente. Então, esse é um primeiro ponto que eu  
141 gostaria de considerar. Todos nós devemos ver os prazos que nós temos para os  
142 projetos, para a captação de recursos, etc. Em função disso, devemos considerar,  
143 também, os prazos legais e pelo que nós podemos observar no processo, isso ficou, de  
144 certa maneira, parado na prefeitura durante um tempo, depois foi necessário usar  
145 desse artifício abrindo precedentes para outros empreendimentos que poderão fazer o  
146 mesmo. Não há de se ter diferenciação entre prefeituras e empreendimentos, seja ele  
147 qual for. Segundo ponto, considerando a relevância desse projeto e da sua importância,  
148 nós temos que tomar muito cuidado no que nós vamos estar aprovando, porque nós  
149 vamos aprovar um projeto não é para dois dias, nem para dois meses, nem para dois  
150 anos. Em função disso, a minha proposta é que esse projeto, a proposta que nos foi  
151 apresentada não nos ofereceu alternativas de traçado, na verdade nós temos apenas  
152 uma alternativa. Eu tenho o mapa aqui em mãos, de alguns outros traçados que foram  
153 estudados, porque se trata de um projeto importante para Divinópolis. Esse estudo já  
154 vem sendo feito até por gestões anteriores e esses traçados, sequer foram citados, pelo  
155 menos no acesso que eu tive ao parecer técnico, esses traçados não foram  
156 considerados. Uma outra questão que eu gostaria de levantar também: o projeto  
157 apresentado, ele permanece com as oficinas na área central de Divinópolis. Será que  
158 essa é, realmente, a proposta de solução definitiva, ou daqui há dez, vinte ou trinta  
159 anos nós vamos mudar novamente o ramal porque eu vou retirar as oficinas dali? Será  
160 que não é melhor eu já considerar, mesmo que elas não saiam daqui hoje, mas que elas  
161 vão sair, aonde elas vão estar e esse ramal que vai ser construído fora da cidade  
162 considerar onde vai estar essas oficinas? Em função disso, o traçado dele pode ser até  
163 alterado. O argumento que foi utilizado de que a opção norte não seria viável porque  
164 eu teria que manter um ramal de acesso às oficinas. Essa opção, na minha opinião, não  
165 vale, porque se eu mudar as oficinas eu não preciso mais desse ramal. Então, eu  
166 poderia ter a opção norte. Está aqui. Quanto à eficácia, está no parecer técnico.  
167 Alternativa norte: em virtude da existência do ramal de Lavras, não solucionará de  
168 forma integral o problema, uma vez, que será indispensável pela manutenção do  
169 traçado existente, com a implantação de um novo a preservação de conexão de um  
170 novo eixo com as oficinas. Então, a pergunta é, porque não adotar uma solução  
171 definitiva, retirando as oficinas da área urbana e deslocando essas oficinas lá para a  
172 região do complexo da ferradura, adotando, também, a proposta de alternativa norte  
173 que ela, em princípio, pelo mapa que eu tenho, ela é possível você trabalhar não  
174 atingindo nada a área urbanizada da cidade? Caso isso não fosse adotado, porque não  
175 adotar um traçado alternativo ao traçado proposto passando pelo limite do município  
176 de São Sebastião do Oeste, evitando o trecho que passa no bairro Jardimópolis, que é  
177 uma das grandes questões? Se os senhores tivessem o mapa projetado aqui, vocês vão  
178 ver que o traçado proposto, se a cidade crescer, o vetor de crescimento, rapidamente  
179 incorporará de novo a linha, os trilhos. Então, eu preciso de uma alternativa que  
180 realmente crie um traçado que não interfira, pelo menos num horizonte temporal  
181 significativo os vetores de crescimento da cidade. Por isso, a proposta apresentada, na



182 *minha opinião e com conhecimento técnico que eu tenho, ela é limitada em termos de*  
183 *alternativas. A proposta que eu apresento que esse processo seja baixado em diligência*  
184 *para que sejam apresentadas outras alternativas de traçado do anel ferroviário.” –*  
185 *Afonso Salgado Santos – Representante Prefeitura de Divinópolis – Informou que*  
186 *Divinópolis está com quase a totalidade de seu perímetro com área urbana ou de*  
187 *expansão urbana, um dos motivos que foi escolhida a alternativa sul. Informou,*  
188 *também, que o investimento da transposição será de R\$ 100.000.000,00, e solicitou que*  
189 *os conselheiros refletissem sobre o valor da verba, principalmente, nesses tempos de*  
190 *crise mundial. – Marcos Vilela – Grupo Ar – Apresentou algumas fotos sobre os trechos*  
191 *da ferrovia dentro da área urbana. Ressaltou algumas situações como ocupações*  
192 *irregulares depois da retirada dos trilhos, falta de manutenção de algumas áreas.*  
193 *Apresentou uma proposta para transformar essas áreas em ciclovias, áreas de recreação*  
194 *e lazer, algumas práticas de esportes com pequenas quadras, como forma de evitar a*  
195 *invasão. – Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Solicitou: “Eu gostaria de*  
196 *perguntar ao representante da Prefeitura, voltando as questões de opções de traçado, é*  
197 *uma exigência legal quando se faz EIA-RIMA, opções de traçado. Eu tenho o mapa*  
198 *aqui em mãos de duas outras propostas que, inclusive, parecem que foram feitas em*  
199 *nível de prefeitura. Eu gostaria de saber por que elas não foram consideradas, me*  
200 *parece até que uma foi feita pela construtora Andrade Gutierrez ano passado. Eu tenho*  
201 *esse traçado aqui. Eu gostaria de saber porque eles não foram considerados, porquê*  
202 *essas opções que estão aqui materializadas no mapa não foram consideradas.” –*  
203 *Afonso Salgado Santos – Representante Prefeitura de Divinópolis – Respondeu que se*  
204 *elas foram feitas foram apresentadas pelas administrações passadas, e que agora o que*  
205 *estava sendo discutido era uma proposta atual e a administração entende ser a melhor*  
206 *opção. – Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Respondeu que para optar*  
207 *por uma alternativa ele teria que conhecer as outras para optar pela alternativa*  
208 *ambientalmente mais adequada. – Gisele – Representante Vega Engenharia –*  
209 *Esclareceu sobre os estudos de traçado, avaliação do uso e ocupação do solo,*  
210 *viabilidades técnicas e operacionais de uma ferrovia com a preocupação de causar o*  
211 *menor impacto ambiental. “Existem os traçados que eram mais factíveis, que foi feito*  
212 *análise comparativa. Porque esses traçados de 15, 20 anos atrás que já representariam*  
213 *muito mais conflitos, já seriam inviáveis em termos de engenharia, já foram*  
214 *descartáveis na análise ambiental previamente. Esse cuidado nós levamos e, na*  
215 *verdade, na concepção desse projeto, uma coisa que é uma evolução muito grande, que*  
216 *nós temos conseguido trabalhar em parceria, a equipe da análise ambiental com a*  
217 *equipe de engenharia. Na verdade, nós já viemos em nível de planejamento de*  
218 *engenharia com uma equipe de meio ambiente trabalhando junto com eles, todos os*  
219 *potenciais conflitos são identificados ao longo do processo de seleção de corredor*  
220 *ferroviário, são discutidos com a equipe de meio ambiente. O que sobra é porque nós*  
221 *não conseguimos alternativas mesmo. O grande problema de ferrovia e isso é uma*  
222 *limitação preliminar, todos os conflitos com comunidades ou todos os conflitos com*  
223 *área de preservação é que primeiro, para ela ser uma obra linear você sempre vai*  
224 *transpor um rio. Vai transpor alguma área de preservação. Impossível, eliminar todas é*  
225 *impossível. Aqui em Divinópolis, eliminar conflitos com todo esse número enorme de*  
226 *loteamentos espalhados em torno da cidade, impossível. Desvia-se um você cai em*  
227 *outro. Desvia uns cai em outros, devia uns cai em outros. Não tem. Esse tipo de conflito*  
228 *nós tomamos muito cuidado, isso tudo foi avaliado. A limitação que tem é porque,*  
229 *realmente, são as condições locais. Estudou-se, procurou identificar tudo que existia de*



230 alternativa técnica e que pudesse mitigar o máximo possível. Em relação à unidade de  
231 conservação, essa foi uma discussão da Mata do Noé até porque não existem mais  
232 fragmentos florestais significativos no município, o que é uma lástima. Uma lástima, eu  
233 como bióloga e que fiz o levantamento aqui fiquei alarmada com a situação municipal.  
234 O fragmento mais significativo era a Mata do Noé e a Mata do Noé, também era uma  
235 área de interesse do município. Quando nós fizemos a reunião técnica sobre isso, foi  
236 sugestão do município essa área como medida compensatória. ”– Francisco de Assis  
237 Braga – Representante ABES – “Devido a monta, o tamanho da proposta e também a  
238 relevância para a cidade, como eu disse. Não é projeto para dois dias, nem dois meses  
239 e nem dois anos, por isso que eu estou sendo polêmico e serei e mantenho a minha  
240 posição. Eu tenho um traçado alternativo aqui desenhado nesse mapa que não passa  
241 pelo bairro Jardimópolis e tem um traçado aqui que passa próximo ao limite de Carmo  
242 do Cajuru, não, São Sebastião do Oeste, desculpe. Eu estou com um traçado aqui, um  
243 traçado alternativo que evitaria muito essas áreas urbanas ou possíveis. Esse vetor de  
244 crescimento da cidade nós contornaríamos ele, esse traçado está aqui. Então, eu vejo  
245 nele uma alternativa, lógico que não estou vendo os outros empecilhos, mas eu vejo  
246 como uma alternativa e está considerada e segundo foi informado, esse traçado foi feito  
247 por esse trabalho de engenharia no passado. ”– Gisele – Representante Vega  
248 Engenharia – Respondeu ao conselheiro: “Eu não sou representante do projeto, também  
249 não conheço qual é especificamente esse traçado que o senhor está falando. Se ele for  
250 encaminhado para a empresa de engenharia nós avaliamos e podemos te dar uma  
251 posição se ele foi avaliado, com é que foi e se ele, porque que ele não foi considerado.  
252 Eu não vejo problema para isso. Só tem que lembrar uma coisa sim, a partir do  
253 momento em que você define alguns traçados prévios, você faz sobrevôo, faz  
254 topografia, faz estudo geológico. Claro que hoje esses traçados, onde realmente foi  
255 feito o projeto, hoje tem um conhecimento técnico, inclusive, geotécnico, hidrológico e  
256 tudo muito mais apurado do que outras áreas que só tem em uma avaliação macro. Dá  
257 para dizer, numa avaliação macro, porque que esse traçado pode ser compatibilizado  
258 ou não. O que acontece muito, uma coisa rápida, que até para mim que não sou  
259 engenheira civil, eu sou bióloga. Quando fui trabalhar com ferrovia, eu queria que a  
260 engenharia desviasse a qualquer custo de um rio ou de uma mata. O que acontece é que  
261 o ‘grade’ da ferrovia para atender os preceitos técnicos da ferrovia de inclinação, de  
262 curva, de rampa eles não podem desviar simplesmente porque eu quero ou alguém  
263 quer. Às vezes para você desviar aquele maciço florestal, aquele rio, você tem que  
264 estender a ferrovia 4,5 quilômetros, e tudo isso, dá um problema de custo, que dê para  
265 você alcançar em termo de se viabilizar em termos de engenharia, às vezes você atinge,  
266 cria outro problema em outro lugar. Ferrovia, nesse ponto é uma coisa bastante  
267 complicada de você estabelecer desvios por causa das limitações logísticas,  
268 operacionais.”– Átila Alves e Costa – Representante FIEMG – Sugeriu colocar como  
269 condicionante a preservação da mão-de-obra da oficina. – Salomão Amaral de Oliveira  
270 – Presidente da Associação do Bairro Jardimópolis – Informou que no Bairro  
271 Jardimópolis existem 14 nascentes e para preservar essas nascentes sugeriu como  
272 alternativas mudar o traçado para 500 metros além do Bairro Jardimópolis. Paula –  
273 SUPRAM – ASF – Informou que a SUPRAM pediu alternativas locais para o  
274 Bairro Jardimópolis e que não foram apresentadas em tempo hábil. “Quanto as  
275 alternativas de traçado, como já havia falado, nós pedimos uma alternativa e como o  
276 representante da prefeitura já disse e a representante da equipe técnica também, nós  
277 pedimos mas aceitamos as alegações da prefeitura pelo seguinte fato: nós temos uma



278 *passagem no Bairro Jardinópolis e se nós levarmos esse traçado para a frente do*  
279 *bairro vamos encontrar áreas que já estão consolidadas também. Se nós levarmos o*  
280 *traçado para trás sairíamos do município de Divinópolis da mesma forma que nós*  
281 *temos o Bairro Cacoco. Esta alternativa de construir um túnel no Bairro Jardinópolis,*  
282 *retirando, logicamente, as casas que vão ficar em cima desse túnel, que é inviável*  
283 *realmente em cima do túnel. Quando se constrói túnel nós temos a construção de uma*  
284 *via e as casas não tem estrutura física para ficarem lá em cima, desde que sejam*  
285 *desapropriadas da mesma forma que as outras propriedades seriam. Do ponto de vista*  
286 *ambiental essa alternativa é satisfatória, não temos áreas com grandes diferenças de*  
287 *relevo. Quanto à fragmentação florestal nós temos somente 3 áreas de florestas*  
288 *estacional que é uma tipologia da Mata Atlântica que vão ser intervistas por esse*  
289 *traçado. Quanto a outra alternativa, a norte, ela vai afetar áreas que são mais*  
290 *povoadas, vai sobrepor 2 rios, cada obra de arte dessa encarece esse projeto e a*  
291 *interferência nas áreas de preservação permanente também seria maior. Isso, nós*  
292 *levamos em consideração, que a alternativa norte, teria que fazer um traçado cortando*  
293 *a cidade para chegar a área das oficinas. Quanto às oficinas, já comentando sobre elas*  
294 *de uma vez, elas fazem parte de um licenciamento do IBAMA e elas são de*  
295 *responsabilidade da Rede. Não está no projeto a construção de oficinas neste novo*  
296 *traçado. Esse projeto o qual estamos discutindo hoje a oficina não vai ser retirada do*  
297 *centro da cidade. Não existe, dentro do projeto, a construção de uma oficina, existem*  
298 *pátios que vão ser construídos, mas, realmente, a oficina não vai sair. Dentre as*  
299 *alternativas que foram apresentadas a única forma que nós temos de não apresentar*  
300 *impacto ainda maior do que foi e que está dentro do projeto é deixar o ramal de Lavras*  
301 *e solicitamos uma informação sobre qual seria a sobrecarga que esse ramal iria ter*  
302 *diante do fato que não teria outra entrada para a oficina. Não vai haver sobrecarga*  
303 *porque os vagões vão entrar na oficina se houver alguma necessidade de manutenção,*  
304 *sendo que o abastecimento vai ser feito no pátio que vai ficar próximo a ligação com o*  
305 *ramal de Lavras. Uma das propostas que o Marcos fez, nós temos o seguinte*  
306 *posicionamento: nós concordamos com ele que a prefeitura deve apresentar um projeto*  
307 *de utilização das áreas que vão ser desativadas com essa nova ferrovia, porque a*  
308 *proposta inicial é de fazer uma via cortando a cidade de ponta a ponta, só que essa*  
309 *proposta não veio consolidada num projeto, então, nós podemos pedir essa proposta e*  
310 *quanto as outras, de fazer um cinturão verde ao longo de toda a ferrovia, concordamos*  
311 *que pode colocar isso em condicionante. Quanto à compensação ambiental nós*  
312 *podemos pedir que o empreendedor priorize essas áreas que estão para ser*  
313 *regularizadas. Como o professor Gilson falou, é uma área particular e nós não temos*  
314 *como especificar a área que a prefeitura vai apresentar, mas podemos colocar para a*  
315 *prefeitura colocar prioridade para essas áreas que estão passivos de regularização.”-*  
316 *Cláudio Manoel Uemoto Maia - Substituto – Informou que: “No meu entendimento*  
317 *aqui, nós temos duas propostas. A proposta de referendar a licença e aí nós colocamos*  
318 *em votação as condicionantes que foram levantadas pelos conselheiros, e a proposta do*  
319 *conselheiro de baixar em diligência, para que os técnicos analisem essas duas opções*  
320 *que são mapeadas aqui, que ele acha pertinente. Se baixar em diligência nós não*  
321 *vamos analisar as propostas de condicionantes. – Leandro Wili – Representante*  
322 *Ministério Público – Informou ser favorável a transposição dos trilhos. Solicitou*  
323 *informações sobre as outras alternativas da transposição da linha férrea e que não seria*  
324 *somente pelo valor do investimento que iria se posicionar no conselho e acatou a*  
325 *sugestão do professor Francisco de baixar o processo em diligência. – Capitão*



326 Raimundo Lopes Ferreira – Representante PMMG – Informou que também acataria a  
327 sugestão do professor Francisco. – Marcos Meneghini Esmeraldo – Representante  
328 CEMIG – Indagou se uma obra como a transposição não poderia ser negociado com o  
329 município vizinho para conseguir uma alternativa que fosse favorável. Solicitou  
330 informações a equipe técnica da SUPRAM. – Francisco de Assis Braga – Representante  
331 ABES – Ressaltou: “*Nós corremos o mapa, existe uma alternativa de traçado. A*  
332 *alternativa que está aqui, vocês puderam ver, ela não passa pelo município de São*  
333 *Sebastião do Oeste, ela margeia o rio, ela aproveita a margem do rio e segue depois*  
334 *passa sobre o Rio Itapecerica e pega o traçado proposto originalmente lá na frente.*  
335 *Agora, é um desenho que está aqui, não foi feita a consideração dessa proposta*  
336 *tecnicamente falando no estudo de impacto ambiental. Na verdade a licença prévia, ela*  
337 *avalia a compatibilidade ambiental do projeto com o local. Nós estamos aqui, na*  
338 *verdade, avaliando, realmente, o traçado, o local.” – Paula – SUPRAM – ASF –  
339 Respondeu: “*O que eu gostaria de esclarecer é que do ponto de vista ambiental essa*  
340 *proposta que está no parecer ela é viável. Essa proposta de 500 metros, ela não está*  
341 *dentro do parecer e para nós avaliarmos essa nova proposta, nós precisamos mais do*  
342 *que um simples traçado, nós precisamos de estudos geotécnicos, nós precisamos de*  
343 *estudos de fauna, de solo, obviamente, não é professor Francisco? Que nós precisamos*  
344 *disso, que nós precisamos de uma complementação do estudo para poder avaliar esse*  
345 *novo desvio para ver se ambientalmente ele é viável ou não.” – Átila Alves e Costa –  
346 Representante FIEMG – Perguntou ao representante da prefeitura de Divinópolis se  
347 prorrogar o prazo para análise do processo se impactaria ou impediria a prefeitura de  
348 obter esses recursos. – Afonso Salgado – Representante Prefeitura Divinópolis –  
349 Respondeu que é imprescindível e importantíssimo para o município que essa licença  
350 seja concedida. – Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Informou que “*Se*  
351 *foi solicitado uma LP ad referendo, ela tem que valer alguma coisa senão, não haveria*  
352 *necessidade de solicitação de ad referendo. A prefeitura deve ter algum documento que*  
353 *é uma LP ad referendo, caso contrário, valeria a licença de hoje, não precisaria de*  
354 *uma licença ad referendo. Não sei se esse documento serve, se ele não servisse não*  
355 *precisaria de uma licença ad referendo. O segundo ponto, sem querer delongar, porque*  
356 *não tive acesso ainda ao EIA-RIMA, mas foram condicionadas duas coisas no*  
357 *processo, que eu acho que são cabíveis de LP e são deficiências do estudo de impacto*  
358 *ambiental. Primeiro é a necessidade de quantificar as nascentes atingidas. Se eu tenho*  
359 *um projeto bem feito eu tenho que saber quantas nascentes eu vou atingir, está*  
360 *condicionado. Segundo, necessidade de quantificar as áreas atingidas de vegetação por*  
361 *tipologia. Eu tinha que saber isso aqui agora, não é depois não, é agora, quanto de*  
362 *Mata Atlântica eu vou atingir, quanto disso, quanto daquilo, para eu deliberar a área,*  
363 *não é inventário florestal não. Eu já tenho demonstrado duas deficiências que estão*  
364 *claramente explicitadas nas condicionantes.” – Rodrigo Rezende – Assessor do  
365 Deputado Jaime Martins – Informou que: “*Se nós não conseguirmos hoje a licença*  
366 *ambiental o recurso será perdido e o DENIT não vai segurar o recurso e esse recurso*  
367 *será passado para outro município próximo a Divinópolis e que já tem a licença*  
368 *ambiental liberada que é Itaúna. – Francisco de Assis Braga – Representante ABES –*  
369 *Solicitou “Gostaria de saber qual o valor da licença ad referendo, caso contrário nós*  
370 *podemos desconsiderar isso e não precisa existir. – Cláudio Manoel Uemoto Maia -*  
371 Substituto – Respondeu que a liberação dos recursos tem um prazo para que seja  
372 apresentada a documentação obrigatória e no caso deve ser a licença, por isso tem que  
373 ser solicitado *ad referendo* para que seja apresentado. O recurso só será repassado se for***





374 referendado a licença. – Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Perguntou  
375 se o argumento econômico era o mais importante. O presidente colocou em votação  
376 “*Vou colocar em votação a proposta do Francisco e ela permanece. Quem estiver de*  
377 *acordo a proposta do Francisco de baixar em diligência para fazer uma nova análise,*  
378 *tem que fazer um novo estudo que a Maria Cláudia fez a proposta ali, que ela justificou*  
379 *que tem que fazer, a prefeitura terá que apresentar os novos estudos dessas novas*  
380 *linhas que serão apresentadas. Quem estiver de acordo com a proposta dele, se*  
381 *manifeste, quem for contrário permaneça como está.* Maria Cláudia Pinto –  
382 Superintendente SUPRAM – ASF – Informou que havia uma dúvida e solicitou ao  
383 representante do Ministério Público para repetir a dúvida dele. – Leandro Wili –  
384 Representante Ministério Público – “*É o seguinte, primeiro nós votamos o que era*  
385 *favorável a proposta do professor Francisco, fomos aqui e perdemos. Eu quero saber se*  
386 *eu posso pedir vista do processo, pelo menos conhecer o processo. A partir do momento*  
387 *que baixa em diligência eu tenho acesso a esses estudos depois”.* – Maria Cláudia Pinto  
388 – Superintendente SUPRAM – ASF – Informou que não, pois vista não é votado, ela é  
389 concedida, é regimental. – Leandro Wili – Representante Ministério Público – Solicitou  
390 vistas do processo. – Maria Cláudia Pinto – SUPRAM – ASF – Respondeu que “*os*  
391 *conselheiros tem que colocar as intenções deles, porque o presidente colocou em*  
392 *votação porque ele não sabia da intenção de pedir vista sobre o processo. Talvez*  
393 *metade da discussão que nem teria acontecido porque o pedido de vista ele é*  
394 *regimental. A votação acho que nem é o problema, a votação está até correta. Agora o*  
395 *pedido de vista ter sido feito depois da votação é que está equivocada. Vocês me*  
396 *desculpem, mas tem um regimento interno, eu acho que os conselheiros tem que ter*  
397 *conhecimento do regimento. Porque o que acontece? Se você for pedir vista depois da*  
398 *votação, ou seja, a minha intenção de voto não venceu então eu vou pedir vistas. Ela*  
399 *tem que ser anterior. Você tem que seguir o regimento.* – Francisco de Assis Braga –  
400 Representante ABES – Sugeriu: “*Senhor presidente, por favor. Eu acho que é bom*  
401 *senso que nós repetíssemos o processo e conforme comentou o conselheiro, inclusive o*  
402 *senhor não leu qual é o processo que está sendo votado para ficar registrado lá.*  
403 *Normalmente, você lê, abre-se a votação. Nós queremos ser formais? Seremos, vamos*  
404 *ser formais. Não é melhor assim?* – Cláudio Manoel Uemoto Maia - Substituto –  
405 “*Coloco em votação quem for favorável pela anulação da decisão que foi feita aqui,*  
406 *permaneça como está quem for contrário se manifeste. **Processo Administrativo para***  
407 ***exame de Licença Prévia, a referendar. Prefeitura Municipal de Divinópolis.***  
408 ***Contorno ferroviário de Divinópolis da Ferrovia Tronco Belo Horizonte - Brasília.***  
409 ***Divinópolis/MG. PA/Nº 04390/2007/001/2007. Classe 5. Foi conduzido de uma forma***  
410 ***complicada, os conselheiros já trabalhavam de uma forma diferente do que já venho***  
411 ***trabalhando, e no caso omissis, é o presidente que toma a decisão. Então, eu vou tomar***  
412 ***a decisão de quem for favorável pela anulação da decisão da maneira como ela foi feita***  
413 ***se manifeste. Quem for contrário, permaneça como está. Entendidos ou tem dúvidas?***  
414 ***Quem for favorável a anulação da decisão, da votação, da maneira como ela foi feita,***  
415 ***porque foi confusa, se manifeste, quem for contrário permaneça como está. Quem não***  
416 ***ganhar na votação, aí a maneira que ela foi conduzida anteriormente vai ser prevalecer***  
417 ***que é a concessão da licença prévia ao empreendimento do item 7.1 com a validade de***  
418 ***4 anos. Quem for favorável pelo cancelamento da votação anterior se manifeste, quem***  
419 ***for contrário permaneça como está.”** – Gilson Soares – Representante Funedi – Se  
420 posicionou a favor para conceder vistas para o promotor do que fazer a votação  
421 novamente. – Não se identificou – *Na minha opinião, a proposição do professor Gilson**



422 *seria a mais adequada no momento porque os conselheiros estão votando numa*  
423 *pressão econômica muito forte que até hoje eu não vi aqui no plenário. Essa situação é*  
424 *bastante constrangedora para nós como conselheiros, porque isso pode nos levar a*  
425 *tomar decisões que mais tarde podem acarretar problemas ambientais e até sociais. Eu*  
426 *não me manifestei sobre o caso, mas o projeto que se diz perfeito tem falhas que foram*  
427 *mostradas aqui pelo professor Francisco. Nós temos nesse projeto uma interferência no*  
428 *subsolo que pode causar danos bastante grandes, inclusive o lençol freático. É uma*  
429 *discussão que está fora da hora, me desculpem, mas existe. Penso que, talvez, se esse*  
430 *processo ficasse para outra reunião, nos dessem mais prazo para termos mais*  
431 *esclarecimentos e mais informações, acho que seria uma atitude mais de acordo, pois,*  
432 *estamos sendo muito forçados, a pressão financeira e econômica, principalmente feita*  
433 *por um assessor de um deputado, ela é realmente agressiva, muito agressiva para nós.*  
434 *Eu não me sinto a vontade votando dessa forma. Obrigado.* Após várias discussões o  
435 presidente determinou que seria anulada a votação e seriam concedidas vistas para o  
436 representante do Ministério Público. O representante da Federação das Indústrias  
437 também solicitou vista conjunta com o promotor. O presidente solicitou ao  
438 representante do Ministério Público para encaminhar proposta das condicionantes para a  
439 área técnica analisar. Foi solicitado à equipe técnica verificar o impacto ambiental que a  
440 construção do túnel causaria. - Cláudio Manoel Uemoto Maia - Substituto – **Item 8 –**  
441 **Processo Administrativo para exame de Licença Prévia concomitante com Licença**  
442 **de Instalação: 8.1 – Coopercarne – Cooperativa Regional de Carnes e Derivados**  
443 **Ltda – Abate de animais de médio e grande porte. Itaúna/MG. PA/Nº**  
444 **10208/2008/001/2008. Classe 3. Apresentação SUPRAM – ASF. Responsável**  
445 **técnico Maurício Silveira. SUPRAM sugere deferimento com validade de 4 anos. –**  
446 **Daniela – SUPRAM – ASF** – Solicitou que fosse feita uma correção: “Na página 8  
447 *desse parecer onde está escrito errado ‘efluentes sólidos’ é para corrigir para*  
448 *resíduos sólidos’. E na 3ª linha do 2º parágrafo desconsiderar essa frase, a parte sólida*  
449 *destinada ao leito de secagem de líquidos enquadrados e incluir a seguinte frase, a*  
450 *parte sólida do leito de secagem será destinada a compostagem.” – Afonso Salgado –*  
451 **Representante da Prefeitura de Divinópolis** – Informou que “com a decisão de dar  
452 *vistas ao processo, a prefeitura certamente, vai perder os recursos de 100 milhões de*  
453 *reais. Essa é uma certeza de que nós temos e fazer o quê? É uma decisão que eu acho*  
454 *que foi conturbada, não sei nem se a prefeitura teria como fazer algum recurso com*  
455 *relação a essa decisão, que aqui foi tomada. Depois de uma votação definida, decidida*  
456 *pelo presidente, inclusive está gravado aqui, a licença tinha sido concedida e diante*  
457 *deste fato a prefeitura quer comunicar que vai perder o recurso dos 100 milhões de*  
458 *reais.” – Cláudio Manoel Uemoto Maia - Substituto – Colocou em votação o item **8.1**  
459 **Coopercarne – Cooperativa Regional de Carnes e Derivados Ltda – Abate de**  
460 **animais de médio e grande porte. Itaúna/MG. PA/Nº 10208/2008/001/2008. Classe**  
461 **3 e foi APROVADO. - Item 9 – Processo administrativo para exame de Licença de**  
462 **Instalação: 9.1 – TMG Siderurgia Ltda – Produção de fundidos de ferro sem**  
463 **tratamento químico. Divinópolis/MG. PA/Nº 00321/1999/006/2008. Classe 3.**  
464 **Apresentação SUPRAM – ASF. Sugere pelo deferimento da validade de 4 anos. –**  
465 **Francisco de Assis Braga – Representante ABES** – Solicitou informações à área técnica:  
466 *“Trata-se da viabilidade da ampliação da atividade naquele local, haja vista tratar-se*  
467 *de zona urbana com entorno já densamente ocupado. Os aspectos de poluição*  
468 *atmosférica, ruído e atividade noturna vão, de certa maneira, agravar o problema que*  
469 *já existe e está instalado. Na minha opinião, nós temos que concorrer no sentido de**



470 *retirar as indústrias do perímetro urbano e não aprovar a sua ampliação.” – Diogo –*  
471 *SUPRAM – ASF – Respondeu que as medidas mitigadoras necessárias serão*  
472 *implantadas e que o impacto a ser causado será dentro da área da empresa. – Francisco*  
473 *de Assis Braga – Representante ABES – Respondeu que: “Eu conheço o espaço físico*  
474 *da empresa e esse espaço, o terreno é muito limitado, o cinturão verde arbóreo é*  
475 *limitado exatamente porque o espaço físico é pequeno. Na verdade, eu acho que nós*  
476 *vamos acentuar um problema que já existe. Neste caso, a minha proposta, o meu voto é*  
477 *contrário a concessão dessa ampliação dessa licença de instalação.” – Sérgio Borges –*  
478 *Empreendedor da TMG – Informou que com relação ao impacto ainda que na área de*  
479 *entorno será bem menor do que a empresa causou quando da época de sua instalação e*  
480 *que hoje encontram mitigados e licenciados. – Francisco de Assis Braga –*  
481 *Representante ABES – Ressaltou que “existe uma coisa chamada sinergia, ou seja, os*  
482 *impactos vão ser acumulativos. Se eu tenho uma atividade que gera ruído, por exemplo,*  
483 *e põe mais uma, o ruído aumenta, independente do ruído ser menor, mas eu vou*  
484 *acrescentar um ao outro, assim como é a poluição atmosférica e os demais. O efeito*  
485 *sinérgico acumulativo que esse é o problema que eu não gostaria de acentuar naquele*  
486 *lugar. Vamos ficar só com classe 5, não vamos colocar mais um classe 3 dentro de um*  
487 *terreno pequeno. Inclusive, tem faculdade logo ali atrás. Na verdade, o*  
488 *empreendimento existe, foi licenciado, porque ele existe no passado uma licença*  
489 *corretiva, mas que na verdade ele não deveria existir ali.” – Aline – SUPRAM – ASF –*  
490 *Informou que será instalada uma fundição dentro da siderurgia e vai ter aumento de*  
491 *impactos ambientais. Existe a sinergia, só que dentro da análise que foi feita os*  
492 *impactos são mitigáveis. “Segundo os técnicos metalurgistas, os fornos que vão ser*  
493 *instalados e a emissão atmosférica é bem controlada e alguns resíduos serão*  
494 *devidamente destinados. Nós entendemos que a nossa sugestão foi de deferimento. É*  
495 *claro que o empreendimento por estar dentro do zoneamento urbano, essas ampliações*  
496 *elas são complicadas, mas é complicado tecnicamente também, para nós opinarmos*  
497 *pelo indeferimento, sendo que no PCA vem todas as propostas de mitigação e*  
498 *afirmações com ART em tudo que as emissões serão totalmente controladas.” Foi*  
499 *colocado em votação o **Item 9 - 9.1 – TMG Siderurgia Ltda – Produção de fundidos***  
500 ***de ferro sem tratamento químico. Divinópolis/MG. PA/Nº 00321/1999/006/2008.***  
501 ***Classe 3, e foi APROVADO com dois votos contrários. – Francisco de Assis Braga –***  
502 ***Representante ABES – “Gostaria de manifestar voto contrário pelo que eu já explanei.***  
503 ***A ampliação de um empreendimento numa área urbana ampliando, então, os impactos***  
504 ***em nível atmosférico, de ruído dentro desse perímetro urbano. Na verdade, nós***  
505 ***deveríamos concorrer para a saída desses empreendimentos da área urbana e não a***  
506 ***sua ampliação.” – Marcos Antônio Vilela – Representante Grupo AR/Divinópolis –***  
507 ***Justificou o voto contrário de que o ideal seria a realocação da empresa em uma área em***  
508 ***que ela pudesse instalar com mais espaço. - Átila Alves e Costa – Representante***  
509 ***FIEMG – Solicitou que fosse determinado um prazo para cumprimento das***  
510 ***condicionantes a respeito da compensação ambiental. - **Item 10 – Processo*****  
511 ***Administrativo para exame de Licença de Operação: 10.1 – Embaré Indústrias***  
512 ***Alimentícias S.A – Preparação de leite e fabricação de laticínios, doces e***  
513 ***caramelos. Lagoa da Prata/MG. PA/Nº 00021/1987/013/2008. Classe 5.***  
514 ***Apresentação SUPRAM – ASF. – Francisco de Assis Braga – Representante ABES –***  
515 ***Solicitou informações quanto a uma denúncia de um efluente atmosférico. “Como é que***  
516 ***ficou essa questão? Porque aqui nós estamos votando uma licença de operação de***  
517 ***ampliação do processo produtivo. Como é que ficou essa questão? Houve mais alguma***



518 denúncia? O processo se normalizou? Essa questão que eu estou dizendo nós ficamos  
519 sabendo. Talvez fugiria do monitoramento que é feito, porque a denúncia é de que  
520 acontece a noite, seria um desligamento do processo de filtro, não conseguiria captar  
521 isso nas análises. Talvez só a partir de uma variação de consumo de energia, alguma  
522 coisa dessa natureza que pudesse identificar coisas dessa natureza.” Ressaltou que  
523 existem boletins de ocorrência registrando essa situação. – Daniela – SUPRAM – ASF  
524 – Respondeu que a empresa faz o auto monitoramento e as análises estão dentro do  
525 padrão. “Na última reunião quando foi votada a LI, a LC vai ser incluída essa questão  
526 de olhar isso realmente a fundo na revalidação. Porque nós só estávamos ampliando,  
527 nós só estávamos em votação da ampliação. Essas denúncias são referentes à operação  
528 da licença da fábrica como um todo, que já tem a licença. Na época das denúncias, da  
529 votação da LC nós informamos, inclusive, passamos todos os números dos telefones  
530 para o denunciante para caso ele verificasse se estava ocorrendo no horário que fosse  
531 nos informar que iríamos lá. Só que desde então, não teve mais denúncia nenhuma.”  
532 Solicitou fazer algumas alterações na condicionante 4: “A redação vai ficar da seguinte  
533 forma, executar projetos das condicionantes 1, 2 e 3 após a aprovação pela SUPRAM  
534 ASF. Prazo 60 dias. E também, fazer uma alteração nos parâmetros das análises dos  
535 efluentes líquidos. Vão ser retirados oxigênio dissolvido, nitrogênio total, fósforo,  
536 sódio, cobre e zinco e vão ser incluídos óleos, graxas e detergentes. A frequência vai  
537 ser quinzenalmente. Nos dois, na entrada do equalizador e na saída.” Colocado em  
538 votação foi **APROVADO**. - **Item 11 – Processo Administrativo para exame de**  
539 **Licença de Operação em Caráter Corretivo, a Referendar a: 11.1 – C & C**  
540 **Estamparia Ltda. Serigrafia. Divinópolis/MG. PA/Nº 01334/2003/001/2008. Classe**  
541 **5. Apresentação SUPRAM – ASF, que sugere pelo deferimento na validade de 4**  
542 **anos.** Foi colocado em votação e foi **APROVADO**. – **Item 12 – Processos**  
543 **Administrativos para exame de Licenças de Operação em Caráter Corretivo –**  
544 **Cláudio Manoel Uemoto Maia - Substituto** – Informou que seriam votados em bloco os  
545 processos do item 12. Houve destaque no item 12.8 e haveria necessidade de fazer  
546 algumas correções em relação aos prazos das condicionantes nos itens 12.2, 12.3, 12.5 e  
547 12.6 a pedido da técnica Aline, da SUPRAM. – **Item 12.1 – Ganelane Indústria,**  
548 **Comércio e Reciclagem de Materiais Ferrosos Ltda. Reciclagem e/ou regeneração**  
549 **de outros materiais não classificados ou não especificados, exclusive produtos**  
550 **químicos. Itaúna/MG. PA/Nº 08728/2007/001/2008. Classe 3. Apresentação**  
551 **SUPRAM – ASF** . Foi colocado em votação e foi **APROVADO** o parecer único pelo  
552 deferimento na validade de 6 anos. – **Item 12.2 – Auto Posto Interlagos Ltda. Posto**  
553 **revendedor de combustíveis. Divinópolis/MG. PA/Nº 01981/2002/001/2002. Classe**  
554 **1. Apresentação SUPRAM-ASF.** – Aline – SUPRAM – ASF – Observou que “ A  
555 condicionante nº 7: providenciar a remediação do solo e das águas subterrâneas  
556 conforme recomendação da Ambiental Brasil, empresa responsável pelo manejo do  
557 passivo ambiental conforme a DN. Esse prazo de 90 dias ele não pode ser porque a DN  
558 108 ela fala que tão logo detectada a necessidade de remediação ambiental a empresa  
559 deve começar imediatamente esse processo de remediação. Sugiro que o prazo passe a  
560 ser imediatamente. Em vez de 90 dias a partir da notificação a empresa tem que  
561 começar imediatamente essa remediação conforme a DN 108/2007.” Foi colocado em  
562 votação pelo deferimento na validade de 6 anos com a sugestão de alteração de  
563 condicionante proposta e foi **APROVADO**. – **Item 12.3 – Rassa Indústria e**  
564 **Comércio de Calçados Ltda. Fabricação de Calçados em geral. Nova Serrana/MG.**  
565 **PA/Nº 05443/2005/001/2008. Classe 3. Apresentação SUPRAM – ASF. Sugere o**



566 **deferimento na validade de 6 anos com as alterações.** – Aline – SUPRAM – ASF –  
567 Solicitou uma correção nos processos 12.3, 12.5 e 12.6, para uma padronização do  
568 prazo para cumprimento da condicionante da apresentação do certificado do Corpo de  
569 Bombeiros. “*No processo 12.3 que é o que está em votação à condicionante de nº 2 dá*  
570 *um prazo de 90 dias. A mudança seria para 120 por uma questão de padronização com*  
571 *os outros processos. O 12.5 está escrito 180 dias e eu quero que mude para 120 e o*  
572 *12.6, 180 dias, passar também para 120, por uma questão de padronização.” Foi*  
573 colocado em votação o deferimento com a validade de 6 anos com a proposta de  
574 alteração da condicionante e foi **APROVADO**. – **Item 12.4 – Indústria de Calçados**  
575 **Tio Sam Ltda. Fabricação de calçados em geral. Nova Serrana/MG. PA/Nº**  
576 **04890/2005/001/2007. Classe 3. Apresentação SUPRAM-ASF – Sugere pelo**  
577 **deferimento na validade de 6 anos.** Foi colocado em votação com o deferimento na  
578 validade de 6 anos com a alteração da condicionante proposta e foi **APROVADO**. –  
579 **Item 12.5 – Cazzoni Indústria e Comércio Ltda. Fabricação de calçados em geral.**  
580 **Nova Serrana/MG. PA/Nº 07054/2005/002/2008. Classe 3. Apresentação SUPRAM-**  
581 **ASF. Sugere pelo deferimento na validade de 6 anos com a proposta de alteração**  
582 **de condicionante para apresentação do certificado do Corpo de Bombeiros.** Foi  
583 colocado em votação e foi **APROVADO**. - **Item 12.6 – Jacqueline Rodrigues**  
584 **Barbosa. Fabricação de calçados em geral. Nova Serrana/MG.**  
585 **PA/Nº07256/2005/001/2008. Classe 3. Apresentação SUPRAM – ASF. Sugere pelo**  
586 **deferimento na validade de 6 anos com a proposta da alteração da condicionante**  
587 **feita pela diretora técnica Aline.** – Colocado em votação foi **APROVADO**. - **Item**  
588 **12.7 – Posto Marçal Ltda. Posto revendedor de combustíveis. Divinópolis/MG.**  
589 **PA/Nº 00365/2002/004/2008. Classe 3. Apresentação SUPRAM – ASF. Sugere o**  
590 **indeferimento da LOC com aprovação da reserva legal.** Foi colocado em votação. –  
591 Átila Alves e Costa – Representante FIEMG – Solicitou informações sobre na questão  
592 das trocas do tanque, pois o empreendedor não havia adquirido o posto dentro do prazo  
593 da lei. – Aline – SUPRAM – ASF – Respondeu que “*Na verdade o que vale não é a*  
594 *propriedade, Átila, é o tempo que o tanque está debaixo da terra. O que nós avaliamos*  
595 *é a nota fiscal, o tempo, independente de quantos donos tiveram. A pessoa que*  
596 *adquiriu, está adquirindo o passivo e obviamente a obrigatoriedade de trocar os*  
597 *tanques.”* – Leandro Wili – Representante Ministério Público – Explicou que conforme  
598 recomendação do Ministério Público e como existe procedimento instaurado no MP  
599 contra o empreendedor, ele iria se abster da votação. Foi colocado em votação pelo  
600 indeferimento da LOC com a aprovação da reserva legal e foi **APROVADO** com  
601 abstenção do voto do representante do Ministério Público. – Cláudio Manoel Uemoto  
602 Maia - Substituto– Informou que o conselheiro do CREA se retirou da reunião. - **Item**  
603 **12.8 – Primma Alimentos Ltda. Abate de suínos e bovinos e industrialização de**  
604 **produtos Cárneos. Pará de Minas/MG. PA/Nº 1849/2002/004/2006. Classe 5.**  
605 **Apresentação FEAM. Sugere pelo deferimento com validade de 4 anos.** – Geraldo  
606 Márcio Faleiro – Representante CBH/Pará – Solicitou informações sobre a medição de  
607 vazão. Ressaltou que no PCA, no item 232 estava faltando uma complementação no  
608 último parágrafo. Solicitou que fosse colocada na condicionante a medição de vazão e  
609 horímetro. – Consultor do empreendedor – Solicitou que fosse corrigido no Anexo 1 o  
610 nome da consultoria responsável que é Alexsandro Luciola Rosa. - Marcos Meneghini  
611 Esmeraldo – Representante CEMIG – Salientou a observação feita pelo conselheiro  
612 Geraldo quanto à redação do item 232 onde aparece a letra “e” no final da frase. – Aline  
613 – SUPRAM – ASF – Sugeriu a retirada do “e”. Foi colocado em votação e foi



614 **APROVADO** pelo deferimento na validade de 4 anos com a inclusão de condicionante  
615 e a retificação proposta pelo conselheiro: “*Instalar o horímetro e hidrômetro anotando*  
616 *as leituras mensalmente, arquivar em planilhas na empresa mantendo a disposição dos*  
617 *técnicos da SUPRAM ASF, ou sempre que solicitado. Tem o prazo de 3 meses para a*  
618 *instalação. Esse prazo é para instalação do horímetro e hidrômetro.*” – Geraldo Márcio  
619 Faleiro – Representante CBH/Pará – Solicitou modificar o termo hidrômetro por  
620 medidor de vazão. – Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Informou que  
621 iria se ausentar por ter compromissos acadêmicos. - **Item 13 – Processos**  
622 **Administrativos para exame de Revalidação de Licença Operação: 13.1 – Magic**  
623 **Minas Ltda. Fabricação de couro acabado, não associado ao curtimento. Nova**  
624 **Serrana/MG. PA/Nº 00115/1995/004/2008. Classe 5. Apresentação SUPRAM –**  
625 **ASF.** Foi retirado de pauta. – Rômulo Noronha – Representante Magic Minas –  
626 Solicitou a justificativa pela retirada de pauta. – Não se identificou – “*Nós até*  
627 *gostaríamos de pedir desculpas ao empreendedor, mas foi um erro que foi detectado e*  
628 *nós achamos que não poderia deixar passar sem fazer uma nova avaliação. A situação*  
629 *é que a empresa obteve uma LO com uma produção X há algum tempo atrás, há uns 6,*  
630 *8 anos. Agora, esse é um processo de revalidação da licença de operação. Nesse tempo,*  
631 *entre a LO e a revalidação, a empresa ampliou a sua produtividade e não houve*  
632 *licenças específicas de ampliação. Nós não podemos revalidar algo que não tem*  
633 *licença. Nós teríamos que revalidar somente o objeto da LO e como nós detectamos que*  
634 *existe uma ampliação, nós vamos ter que fazer uma reavaliação e talvez convocar a*  
635 *empresa a licenciar via LOC essa ampliação.*” - **Item 13.2 – Eco-Sand Equipamentos**  
636 **e Recuperação de Areia para Fundição. Outras formas de tratamento ou**  
637 **disposição de resíduos não listados ou não classificados. Itáúna/MG. PA/Nº**  
638 **00237/2004/002/2008. Classe 3. Apresentação SUPRAM – ASF. Sugere pelo**  
639 **deferimento com validade de 6 anos.** – Foi colocado em votação e foi **APROVADO.**  
640 - **Item 13.3 – COGRAN – Cooperativa dos Granjeiros do Oeste de Minas Ltda.**  
641 **Abate de animais de pequeno porte. Pará de Minas/MG. PA/Nº**  
642 **00088/1988/010/2008. Classe 5. Apresentação SUPRAM – ASF. Sugere pelo**  
643 **deferimento na validade de 6 anos.** – Geraldo Márcio Faleiro – Representante  
644 CBH/Pará – Solicitou que fosse colocado como condicionante a medição de vazão com  
645 instalação de horímetro e medidor de vazão. Foi colocado em votação o deferimento na  
646 validade de 6 anos com a inclusão da condicionante proposta pelo conselheiro e foi  
647 **APROVADO.** - **Item 14 – Processos Administrativos para exame de Alteração de**  
648 **Condicionantes de Licença de Operação em Caráter Corretivo** – Foram colocados  
649 para votação em bloco os itens: **14.1 – Amauri Gaipo da Silva/Kândido Calçados**  
650 **Ltda. Fabricação de calçados em geral. Nova Serrana/MG. PA/Nº**  
651 **01340/2005/001/2007. Classe 3. Apresentação SUPRAM – ASF. APROVADO.** -  
652 **Item 14.2 – Metal Liga Produtos Siderúrgicos Ltda. Reciclagem e/ou regeneração**  
653 **de outros produtos classe 2 (não perigosos) não especificados (escória de aciaria e**  
654 **de alto forno e carepa de aciaria). Itáúna/MG. PA/Nº 01988/2004/002/2008. Classe**  
655 **3. Apresentação SUPRAM – ASF. APROVADO.** - **Item 14.3 – Walmar Júnior**  
656 **Comércio e Indústria de Produtos para Fundição Ltda-ME. Reciclagem e/ou**  
657 **regeneração de outros resíduos classe 2 e depósito de sucata metálica. Itáúna/MG.**  
658 **PA/Nº 01267/2002/002/2007. Classe 3. Apresentação SUPRAM – ASF. Foi**  
659 **APROVADO** o indeferimento da alteração da condicionante. - **Item 15 – Processos**  
660 **Administrativos para exame de Pedido de Reconsideração do Auto de Infração.** Os  
661 itens 15.1 e 15.2 foram retirados de pauta. - **Item 16 – Assuntos Gerais.** – Agradeceu a



662 todos pela presença e participação. Pediu desculpas por alguma coisa e encerrou a  
663 reunião.

664

665

666

667

Shelley de Souza Carneiro  
Secretário-Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e  
Presidente da URC/COPAM Alto São Francisco